



# MINISTÉRIO PÚBLICO PORTUGAL

PROCURADORIA-GERAL DISTRITAL DE COIMBRA

## OBJECTIVOS ESTRATÉGICOS PARA O ANO DE 2018

### ÁREA CÍVEL

#### Áreas prioritárias

##### a) Defesa dos incapazes

Pugnar pela defesa dos interesses dos incapazes, sobretudo no campo dos inventários e das acções de interdição e inabilitação, seguindo as boas práticas instituídas (Memorando de 20/10/2014 da PGDC).

##### b) Interesses difusos

Dinamizar intervenções em defesa dos chamados “interesses difusos”, mormente no que respeita à qualidade da água e em defesa do consumidor, especialmente no que se refere à actividade em ambiente digital.

#### Celeridade

##### a) Atendimento

Aumentar a disponibilidade dos serviços do Ministério Público no atendimento do público, por forma a que decorra de imediato ou no mais breve prazo, nunca superior a 15 dias após marcação.

##### b) Processos Administrativos

Incutir pragmatismo, informalidade e celeridade aos PA/Dossiês de preparação e/ou acompanhamento de acções e de outros tipos de intervenções, sem prejuízo das comunicações hierárquicas e demais práticas de controlo necessárias.

Verificar quais os PA/Dossiês já desnecessários e ordenar o seu arquivamento.

#### Qualidade na acção

##### a) Insolvências

Intervir, nos limites do quadro legal vigente, nos processos de insolvência, procurando garantir a preservação do valor económico da massa insolvente e o ressarcimento dos créditos que o Ministério Público reclame e, bem assim, o



## **MINISTÉRIO PÚBLICO PORTUGAL**

PROCURADORIA-GERAL DISTRITAL DE COIMBRA

patrocínio que seja devido aos trabalhadores e seus familiares (cfr. Circular 5/2011 da PGR).

### **b) Créditos do Estado, nomeadamente dívidas e reclamações de créditos**

Conferir particular atenção às boas práticas respeitantes à instauração de execuções por custas e demais quantias em dívida e à reclamação de créditos da Fazenda Nacional.

### **c) Transacções com intervenção do Ministério Público**

Garantir que, nos casos em que uma transacção se mostre adequada, se cumpram as regras de obtenção de autorização vigentes e se atente na defesa substancial dos interesses da parte representada pelo Ministério Público (cfr. Circ. 2/2010PGR).

### **d) Articulação entre Jurisdições**

Melhorar a articulação entre a jurisdição de comércio e a jurisdição laboral no domínio da protecção dos trabalhadores em acções da sua competência.

## **Melhoria organizacional**

### **a) Contencioso do Estado – concentração e articulação**

Concentrar preferencialmente o tratamento das questões do contencioso do Estado nas unidades de representação do Ministério Público junto da instância central cível de cada comarca e melhorar a articulação com a entidade estatal respectiva.

### **b) Partilha de conhecimentos**

Aumentar a troca de experiências e saberes entre magistrados que operem nesta área, com disponibilização do maior apoio possível por parte da PGD ao nível do aconselhamento e da superação de dúvidas.



## MINISTÉRIO PÚBLICO PORTUGAL

PROCURADORIA-GERAL DISTRITAL DE COIMBRA

### OBJECTIVOS ESTRATÉGICOS PARA O ANO DE 2018

#### ÁREA CRIMINAL

##### Áreas prioritárias

##### **a) Nova criminalidade grave: concentração e especialização**

Concentrar os casos mais graves da denominada “nova criminalidade” (corrupção e similares, criminalidade tributária e branqueamento de capitais) no DIAP distrital, por via do mecanismo de deferimento de competência plasmado no artº 73.º n.º 1 c) do EMP.

##### **b) Outra criminalidade grave e complexa: concentração e especialização**

Concentrar a criminalidade tendencialmente mais grave e complexa (artº 7º da LOIC) em unidades ou núcleos dedicados exclusivamente à sua investigação em cada comarca.

##### **c) Recuperação de activos**

Aumentar, com recurso ao GRA, a recuperação de activos, quer por via da perda ordinária, prevista no Código Penal, quer por via da perda ampliada, prevista na Lei 5/2002. Deve ser alvo de especial atenção a denominada “criminalidade reiditícia” (tráfico de droga, tráfico de pessoas e lenocínio, corrupção, etc.).

##### **d) Protecção das Vítimas**

Adoptar procedimentos que melhorem a protecção das vítimas, sobretudo das mais vulneráveis, quer através da sua informação quer evitando a revitimização.

##### Celeridade

##### **a) Redução da antiguidade dos processos**

Diminuir consideravelmente (isto é, para valores não superiores a 1% dos entrados nesse ano), durante o ano, os inquéritos registados em 2016.



## MINISTÉRIO PÚBLICO PORTUGAL

PROCURADORIA-GERAL DISTRITAL DE COIMBRA

E finalizar totalmente ou reduzir para números insignificantes os inquéritos registados em anos anteriores.

### **b) Redução das pendências**

Aproximar o mais possível do equivalente a seis meses de entradas o número de inquéritos pendentes por cada magistrado das secções dedicadas à criminalidade mais grave e complexa (artº 7º da LOIC). E ao equivalente a quatro meses de entradas nos casos restantes.

Na secção de competência distrital do DIAP de Coimbra o nível de pendência não deve ser superior ao equivalente a doze meses de entradas.

### **c) Aceleração dos inquéritos com arguidos sujeitos a medidas de coacção detentivas**

Dinamizar e concentrar as diligências de investigação por forma a que o inquérito se conclua com brevidade, articulando com os OPC a sua realização com a maior precocidade possível em relação ao limite dos prazos das medidas de coacção detentivas.

## **Qualidade na acção**

### **a) Análise tratamento de informação: Corrupção e similares**

Proceder, no âmbito do DIAP distrital, à concentração e análise da informação respeitante aos crimes de corrupção e similares, sobretudo com vista à elaboração e difusão de “boas práticas” e à produção dos dados estatísticos necessários (cfr. OS 5/2011PGDC).

### **b) Incremento da simplificação e consensualidade**

Incrementar o uso de formas especiais de processo e do instituto da suspensão provisória em casos de baixa e média densidade criminal.

O uso de formas de processo sumaríssimo e abreviado e de suspensão provisória deverá ser tendencialmente superior a 50% dos inquéritos que lograrem esclarecimento.



## MINISTÉRIO PÚBLICO PORTUGAL

PROCURADORIA-GERAL DISTRITAL DE COIMBRA

Considerando também a forma de processo sumário, a cifra deve ser tendencialmente superior a 65%.

### **c) Boas práticas investigatórias e articulação entre jurisdições:**

#### **– Crimes sexuais contra menores**

Aplicar as boas práticas já definidas no tratamento dos crimes contra a liberdade e a autodeterminação sexual de vítimas menores de idade, tanto ao nível criminal como ao nível da protecção e promoção dos direitos das crianças, garantindo a sua articulação e coerência.

#### **– Crimes contra o ambiente**

Incrementar boas práticas investigatórias no domínio dos crimes contra o ambiente, nomeadamente através da constituição de equipas de investigação conjunta.

Articulação com a jurisdição administrativa por forma a impulsionar acções tendentes à prática de acto devido em situações de inércia por parte da administração.

### **d) Articulação nas diferentes fases do processo**

Melhorar a articulação das fases de investigação, instrução e julgamento, por forma a conseguir-se uma estratégia integrada de intervenção do Ministério Público, que esbata as soluções de continuidade que tendem a ocorrer e viabilize uma correta execução das políticas criminais.

Continuar a proferir, no Tribunal da Relação, pareceres substanciais que contribuam para decisões céleres e justas.

Persistir na avaliação criteriosa da justeza dos acórdãos e, sempre que viável, proceder à sua impugnação.

Divulgar, com a máxima brevidade após cada sessão, a jurisprudência do Tribunal da Relação pelos magistrados da área da PGD.

Articular, com os Colegas em funções no STJ e no TConstitucional, as melhores estratégias de impugnação de decisões judiciais (cfr. Memorando de 18/2/2014).

Reforçar a articulação entre os tribunais de julgamento e os tribunais de execução de penas, visando contribuir para a resolução dos conflitos de competência mais frequentes.



## MINISTÉRIO PÚBLICO PORTUGAL

PROCURADORIA-GERAL DISTRITAL DE COIMBRA

### **e) Guarda e destinação de bens apreendidos**

Aperfeiçoar o regime de guarda e destinação dos bens apreendidos e dos declarados perdidos (sobretudo através do GAB), por forma a que não se percam nem se depreciam e possam ser atempadamente afectos a fins de utilidade pública.

### **Melhoria organizacional**

#### **a) Videoconferência**

Aumentar a utilização de videoconferência como alternativa ao regime tradicional de cartas precatórias, sobretudo nas questões de maior complexidade fáctica.

#### **b) Apoio e enquadramento hierárquico**

Disponibilizar o maior apoio possível, quer por parte da PGD quer do DIAP distrital, à resolução de problemas respeitantes à cooperação judiciária internacional bem como à investigação da criminalidade mais grave e complexa.

Identificar os nós problemáticos da área penal, em qualquer das fases do processo, proceder à sua análise e propor à PGR ou emitir ao nível da PGD ordens, instruções ou sugestões tendentes à sua superação.



## **MINISTÉRIO PÚBLICO PORTUGAL**

PROCURADORIA-GERAL DISTRITAL DE COIMBRA

### **OBJECTIVOS ESTRATÉGICOS PARA O ANO DE 2018**

#### **ÁREA DE FAMÍLIA E MENORES**

##### **Áreas prioritárias**

**a) Redução da institucionalização de menores: criar um projecto de vida em sociedade**

Considerar a institucionalização como ultima ratio, mobilizando instrumentos de apoio social que priorizem o papel da família ou a integração em família alternativa, nomeadamente através da adopção e do apadrinhamento civil.

**b) Protecção de menores utilizados por adultos em actividades marginais**

Aumentar a proactividade, com o auxílio dos órgãos policiais e em articulação com a área penal, na identificação de menores utilizados por adultos em actividades marginais (mormente exploração sexual e mendicidade) e zelar pela promoção dos direitos e protecção dos mesmos.

**c) Combate à violência em meio escolar**

Aumentar o conhecimento de casos de violência em meio escolar, quando praticados por menores de 16 anos, e promover com celeridade a adequada tutela educativa.

##### **Celeridade**

**Na defesa do superior interesse da criança**

Aumentar a proactividade na instauração dos processos de promoção e protecção e dos processos tutelares cíveis, e conferir-lhes celeridade, em defesa do superior interesse da criança. Os procedimentos adoptados pelo Ministério Público devem ser ágeis, sem excessos burocráticos nem sobrecarga de solicitações a órgãos coadjuvantes (v.g. os serviços da Segurança Social).



## **MINISTÉRIO PÚBLICO PORTUGAL**

PROCURADORIA-GERAL DISTRITAL DE COIMBRA

### **a) Nos processos Tutelares educativos**

Conferir celeridade aos processos tutelares educativos e privilegiar a adopção de soluções de diversão e consenso.

### **Qualidade na acção**

#### **Acompanhamento das CPCJ**

Melhorar o acompanhamento e a fiscalização da actividade das CPCJ, nos termos definidos na Directiva Conjunta da PGR/CNPCJR e na Circular 3/2006 da PGR.

### **Melhoria organizacional**

#### **a) Articulação entre magistrados e outras entidades**

Reforçar a articulação dos magistrados do Ministério Público das áreas criminal e de família e menores e entre eles e os OPC, as CPCJ e o INMLCF.

#### **b) Partilha de conhecimentos**

Aumentar a troca de experiências e saberes entre magistrados que operem nesta área, com disponibilização do maior apoio possível por parte da PGD ao nível do aconselhamento e da superação de dúvidas, sobretudo no que respeita à aplicação da nova legislação de família e menores, publicada em 2015.

#### **c) Articulação na protecção de crianças e jovens**

Promover a realização de reuniões periódicas de trabalho entre os magistrados do Ministério Público e os representantes dos demais serviços que colaboram na protecção de crianças e jovens (v.g. o ISS, os Serviços de Saúde e as IPSS com valências de acolhimento de crianças).

Promover visitas dos magistrados do Ministério Público a Centros Educativos e instituições de acolhimento.





## **MINISTÉRIO PÚBLICO PORTUGAL**

PROCURADORIA-GERAL DISTRITAL DE COIMBRA

### **d) Atendimento**

Incrementar a disponibilidade dos magistrados das secções de instância local para atendimento do público, recepção de pedidos de intervenção e sua canalização para os Colegas nas secções de instância central especializadas, evitando a oneração dos cidadãos com maior número de deslocações e também com a obtenção de documentos que possam ser requisitados pelo Ministério Público.

Colher, em cada comarca, dados que permitam avaliar a modalidade e a frequência do atendimento e o tipo de questões predominantemente colocadas.



# MINISTÉRIO PÚBLICO PORTUGAL

PROCURADORIA-GERAL DISTRITAL DE COIMBRA

## OBJECTIVOS ESTRATÉGICOS PARA O ANO DE 2018

### ÁREA SOCIAL

#### Áreas prioritárias

##### **Acidentes de trabalho**

Privilegiar a intervenção nos processos de acidente de trabalho, quer promovendo com presteza e apuro a abertura da fase contenciosa quer fiscalizando o efectivo cumprimento das prestações a cargo da entidade patronal e as respectivas actualizações.

#### Celeridade

##### **Avaliação do dano corporal**

Aumentar a celeridade na realização do exame médico de avaliação do dano corporal, identificando e superando as razões que a dificultem.

#### Qualidade na acção

##### **a) Eficiência nas tentativas de conciliação**

Procurar conseguir, o mais possível, a simultaneidade dos exames médicos com a tentativa de conciliação, criando procedimentos expeditos de transmissão ao Ministério Público dos resultados desses exames.

##### **b) Atendimento e patrocínio dos trabalhadores**

Incrementar a disponibilidade dos serviços do MP para o atendimento dos trabalhadores e para a assunção do seu patrocínio bem como dos seus familiares, designadamente nas acções relacionadas com contratos individuais de trabalho.



## MINISTÉRIO PÚBLICO PORTUGAL

PROCURADORIA-GERAL DISTRITAL DE COIMBRA

Colher, em cada comarca, dados que permitam avaliar a frequência do atendimento e o tipo de questões predominantemente colocadas.

### **c) Partilha de conhecimentos**

Aumentar a troca de experiências e saberes entre magistrados que operem nesta área, com disponibilização do maior apoio possível por parte da PGD ao nível do aconselhamento e da superação de dúvidas.

## **Melhoria organizacional**

### **a) Articulação com a jurisdição do comércio**

Adoptar procedimentos que melhor defendam os interesses e direitos dos trabalhadores nos processos da jurisdição de comércio, entre os quais, quando aconselhável, a elaboração da reclamação de créditos pelo magistrado da jurisdição laboral.

### **b) Articulação ACT e INMLCF**

Realizar, em cada comarca, reuniões periódicas com a ACT e, sempre que tal se justifique, com os serviços do INMLCF.

### **c) Sistema de controlo de actualizações**

Construir, com o apoio da PGR, sistema informático que facilite a fiscalização do cumprimento das actualizações das pensões fixadas nos processos de acidente de trabalho.